

HABEAS CORPUS Nº 544.495 - SC (2019/0335399-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : MARCO ANTONIO VASCONCELOS ALENCAR JUNIOR
ADVOGADO : MARCO ANTONIO VASCONCELOS ALENCAR JUNIOR - SC019972
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : NATHALY TRINDADE ACOSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

NATHALY TRINDADE ACOSTA alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** no Habeas Corpus n. 4028952-14.2019.8.24.0000.

No presente *mandamus*, o impetrante sustenta que a paciente "merece melhor análise do conjunto dos fatos, principalmente pela fragilidade de indícios de autoria relativamente a sua participação nos fatos, o que por si só já configura o constrangimento ilegal que vem sofrendo" (fl. 16).

Esclarece que o inquérito policial militar concluiu que sua conduta se amolda ao delito de tortura por omissão e acrescenta: "[d]e todos os depoimentos apresentados e contidos no IPM, percebe-se que em todos eles fica claro que a Paciente Nathaly não teve qualquer participação nos fatos, pois como precisava carregar o tablet e fazer uso de toalete, não permaneceu no local, não participou de nenhuma agressão e não presenciou nenhuma agressão, que conforme se observa, a Paciente não poderia imaginar este final trágico" (fl. 23).

Afirma que "a fragilidade de indícios de autoria atrelado a presunção de inocência e o in dubio pro reo, sem extreme de dúvidas, demonstram que a prisão da Paciente Nathaly infere em nítido constrangimento ilegal da sua liberdade" (fl. 26).

Defende: "os requisitos da prisão preventiva não se fazem

presentes contra [a ré], pois como será demonstrado, esta não deu proteção e muito menos acobertou fatos graves dos quais tinha conhecimento, esta não participou de qualquer fato criminoso, em que pese tenha obedecido ordem de PM chefe da guarnição de que não era para qualificar o averiguado e entre isso e imaginar que esta não qualificação seria para acobertar um homicídio beira o verdadeiro absurdo" (fl. 34).

Aduz que não estão presentes os requisitos necessários para a decretação da prisão cautelar, que deve ser substituída por cautelares diversas, previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura, com o estabelecimento de medidas cautelares diversas.

O impetrante, com a petição de fls. 1.209/1.210, junta documentos com os quais pretende comprovar a inocência da paciente.

Decido.

O pedido de urgência não comporta deferimento.

Infere-se dos autos que a acusada foi denunciada pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 313-A, 121, § 2º, I, III e IV, e 211, c/c o art. 29, todos do Código Penal.

O Magistrado da 1ª Vara Criminal da Comarca de Lages/SC recebeu a peça de acusação e, na mesma oportunidade, acolheu representações da autoridade policial e do Ministério Público para decretar a prisão preventiva dos denunciados, dentre eles a ora paciente.

Em seu decreto, destacou a gravidade concreta do delito, praticado por um civil e três policiais militares. Destacou que a paciente, junto com seu parceiro de trabalho, ao atenderem uma diligência, detiveram a vítima e a conduziram na viatura policial para a casa de um dos corréus, desafeto do ofendido, local onde foi agredido até a morte.

Logo em seguida, o civil e um dos policiais militares colocaram a vítima dentro do porta malas do carro do primeiro, "que o conduziu até a 'Ponte Velha', situada na BR-02, Bairro Santa Clara, neste município e Comarca de Lages, onde, jogou-o no Rio Caveiras, próximo à ponte" (fl. 453).

Quanto ao *modus operandi*, concluiu que este, "por si só,

demonstra a periculosidade dos agentes" (fl. 454).

Salientou, ainda, a possível intimidação às testemunhas, porquanto "nas interceptações telefônicas foram constatadas diversas conversas telefônicas entre os denunciados buscando engendrar formas de livrar-se da investigação e da responsabilização criminal dela decorrente, inclusive, trocando informações sobre uma das testemunhas, dando a entender que pretendiam ceifar a sua vida" (fl. 454).

A argumentação do impetrante – baseada fundamentalmente na ausência de prova da participação da paciente nos delitos pelos quais foi denunciada – não foi conhecida pelo Tribunal *a quo* no acórdão impugnado, que consignou (fl. 58):

De início, deve-se ressaltar que o habeas corpus não se presta para a realização de um exame aprofundado das provas constantes dos autos a fim de se concluir pela inocência da paciente, consequentemente, não se conhece dos argumentos acerca do mérito dos fatos.

Diante desse cenário, ao menos à primeira vista, tal tese não pode ser analisada por esta Corte Superior, sob pena de atuar em indevida supressão de instância.

No que tange à presença dos requisitos necessários à decretação da custódia cautelar, à primeira vista, considero que foram apontados elementos específicos dos autos que evidenciam a gravidade concreta do delito em tese perpetrado e a possibilidade concreta de intimidação a testemunhas, a ensejar, por conseguinte, a necessidade de manutenção do encarceramento preventivo para a **garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal**.

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, encarecendo o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado na impetração, em especial de notícias atualizadas e pormenorizadas acerca do andamento do processo.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator